

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6840/2024
ABERTURA DA SESSÃO: 09/12/2024
HORÁRIO: 13h30min

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade empresária, com matriz na Av. das Américas, nº 04200, BLC 3 SALAS, 101, 201, 301, 401, 501, 601 e 701, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-907, com filial estabelecida no Município **de Duque de Caxias**, na Rua das Guianas. 80 – parte, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.850.448/0007-21, vem por seu representante legal abaixo assinado, com fulcro art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021, apresentar memoriais de

CONTRARRAZÕES

ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.** (doravante denominada “**CONTRARRAZOADA**” ou “**AIR LIQUIDE**”), contra a decisão que declarou a **WHITE MARTINS** vencedora neste processo e, conforme se verá adiante, as razões apresentadas pela **AIR LIQUIDE** não merecem ser acolhidas, tampouco prosperarem.

I. TEMPESTIVIDADE DAS PRESENTES CONTRARRAZÕES.

1. O instrumento convocatório assim dispôs:

11.7. O prazo para apresentação de contrarrrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

2. E, tendo em vista que o prazo para apresentação dos memoriais de recurso encerrou-se no dia 11/02/2025 iniciando-se a contagem do prazo em dias úteis para contrarrrazões no dia 12/02/2025, sendo seu término no dia 14/02/2025, não há dúvidas, portanto, quanto a tempestividade da presente manifestação.

II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS.

3. A CONTRARRAZOADA recorre contra resultado da licitação que foi favorável para o interesse público e não para o interesse particular da CONTRARRAZOADA.
4. Portanto, suas alegações não passam de descontentamento com o fato da empresa não ter sido eleita para a execução do objeto licitado, quando nem poderia ter sido, pois sua proposta não é a que oferece o resultado mais vantajoso para o erário público, dada a relevante diferença do preço apresentado pela empresa.
5. Desta forma, a Administração não pode deixar-se seduzir pelas alegações da **CONTRARRAZOADA**, que demonstram, claramente, o propósito da referida empresa em ter seus interesses atendidos, em detrimento da essencialidade da prestação contemplada no escopo licitado e a segurança jurídica da Administração de dispor, no menor tempo possível, de um prestador para atender ao interesse público envolvido.
6. Como será demonstrado adiante, a decisão que declarou a **WHITE MARTINS** vencedora do presente processo merece ser mantida intacta, pois baseada, estritamente, no regramento estabelecido na ordem jurídica bem como encontra-se amparada na legislação vigente em nosso ordenamento pátrio.

II.1. Vantajosidade da oferta da WHITE MARTINS.

7. De início, como dito acima, a proposta da CONTRARRAZOADA não constitui a alternativa mais vantajosa para o erário público, razão pela qual, chama-se, novamente, a atenção desta Administração para a relevante diferença de preço entre a oferta da WHITE MARTINS (1ª colocada) e a da AIR LIQUIDE (única empresa que recorre contra o resultado deste pregão), qual seja, de aproximadamente R\$ **131 MIL REAIS**, sendo esta a ocupante do 3º lugar na ordem de colocação deste pregão.

ITEM	EMPRESA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	WHITE MARTINS	2,06	148.320,00
1	AIR LIQUIDE	3,89	280.080,00
DIFERENÇA DE PREÇO:			131.760,00

8. Não se afigura condizente com uma gestão pública eficiente, a contratação para erário público com valor a maior equivalente a quase **O DOBRO DO VALOR** ofertado pela primeira colocada no certame, **diferença esta a MAIOR que poderá chegar a 658 MIL REAIS** se o contrato tiver sua vigência prorrogada por 05 anos.
9. Como justificar uma contratação com tal diferença de preço?
10. É inegável que com o não acolhimento das frágeis alegações da CONTRARRAZOADA e a consequente manutenção do resultado da licitação, **a Administração fará uma economia para os cofres públicos.**
11. Passadas essas considerações iniciais, importantes para demonstração da fragilidade das razões da CONTRARRAZOADA, passa-se a adentrar no mérito de seu arrazoado.

II.2. Alegado cerceamento de defesa.

12. A CONTRARRAZOADA inicia seu arrazoado alegando ter havido cerceamento de defesa, em que ela enquadra em ato de violação às garantias do contraditório e ampla defesa preconizadas pela Constituição Federal, pois na sua visão, as demais empresas deveriam ter sido participadas da apresentação da petição, bem como terem tido a oportunidade de apresentarem manifestação.
13. Todavia, razão não assiste à CONTRARRAZOADA, uma vez que a petição apresentada por esta empresa destinou-se a apontar para a Administração, que determinado ato do certame não chegou a ser realizado ao longo da sessão pública, o que foi prejudicial tanto a esta empresa, que veio a ser inabilitada no certame, quanto para o interesse público, diante da seleção de proposta que apresentou o dobro do preço.
14. Portanto, a decisão da Administração em rever atos do certame decorre do **Princípio da Autotutela**, o qual atribui à Administração o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados em desconformidade com a legislação.
15. Assim sendo, a autotutela abrange o poder de anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos. A autotutela está expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, assim como na Súmula nº 473 do STF.

Súmula 473

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

16. No presente caso, a CONTRARRAZOADA não tinha direito adquirido à contratação, pois o certame não havia sido adjudicado e homologado quando da decisão de anulação/revogação de atos pela Administração.
17. A jurisprudência do STJ é bem clara e didática neste aspecto, e expressamente se posiciona no sentido de que licitantes, no curso do procedimento licitatório, possuem apenas expectativa de direito, de modo que a Administração pode, nesta fase, anular atos ou revogá-los sem a necessidade de garantir o contraditório e ampla defesa.

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA E REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A possibilidade de revogação da licitação está inserida no âmbito do poder discricionária da Administração Pública, podendo a autoridade assim proceder segundo a conveniência e oportunidade para o interesse público, motivando os critérios motrizes do ato, os quais poderão ser submetidos a exame de legalidade, sem que isso importe vulneração ao princípio da separação dos poderes da União.
2. Extraíndo-se dos autos a legitimidade das razões que conduziram ao desfazimento da licitação por meio de revogação, a fim de privilegiar a ampla concorrência e o alcance de proposta justa e vantajosa, mantém-se o acórdão que denegou a segurança, **considerando inexistente direito líquido e certo violado por ato ilegal ou com abuso de poder. A empresa licitante, no curso do procedimento licitatório, possui apenas expectativa de direito, inexistindo direito subjetivo que careça ser tutelado quando promovida a legítima revogação do procedimento licitatório.**
3. Recurso desprovido.

(RMS n. 68.789/SC, relator Ministro Afrânio Vilela, Segunda Turma, julgado em 12/3/2024, DJe de 15/3/2024.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. LICITAÇÃO. REVOGAÇÃO. FASE DE HABILITAÇÃO. AMPLA DEFESA. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Nos termos do que dispõem o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 e a Súmula 182 do STJ, aparte deve infirmar, nas razões do agravo interno, os fundamentos da decisão combatida, sob pena de não ser conhecido o seu recurso.

2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão ora agravada.

3. **É possível a revogação do certame sem abertura de prazo para contraditório antes da homologação e adjudicação, uma vez que até referida fase não há direito adquirido, mas mera expectativa de direito.**

4. Agravo interno parcialmente conhecido e desprovido.

(AgInt no RMS n. 70.568/MT, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 25/9/2023, DJe de 2/10/2023.)

18. Nesse ínterim, se esta Administração realizar uma pesquisa de jurisprudência mais abrangente, verá que, tanto os Tribunais de Contas, quando os Tribunais de Justiça, convergem para o mesmo posicionamento adotado pelo STJ conforme acima divulgado.
19. Por assim exposto, comprova-se que as alegações da CONTRARRAZOADA no tocante ao cerceamento de defesa não estão garantidas pelo ordenamento jurídico pátrio, vez que a empresa não dispunha de direito adquirido quando a decisão pela revogação/anulação de atos do certame fora divulgada pela Administração, **dispondo a Administração do poder-dever de rever seus atos, de ofício ou mediante provocação, como foi o caso.**

II.3. Alegada ausência de licenciamento sanitário.

20. Resumindo todas as divagações e conjecturas da CONTRARRAZOADA em relação à questão em torno do licenciamento sanitário, o que é mais relevante sintetizar em torno de tudo o que foi alegado pela referida empresa é de que esta não concorda com o fato da Administração ter considerado rever o ato que declarou a WHITE MARTINS inabilitada no certame, pois na sua visão, esta empresa não teria apresentado o documento correto em sua documentação de habilitação no certame.
21. Além disso, a CONTRARRAZOADA invoca termos da Lei Federal nº 6.360/1976 em sua fundamentação legal, para induzir o pensamento de que esta empresa estaria irregular em relação ao licenciamento sanitário, o que não procede, como foi demonstrado.
22. Para simplificar a situação concreta em torno do tema, importante destacar de pronto, que a **questão versa sobre se a WHITE MARTINS, empresa que ofertou a proposta mais vantajosa para o erário público, dispunha, na data do certame, licenciamento sanitário regular perante a Vigilância Sanitária, o que foi comprovado que SIM!**
23. O inconformismo da CONTRARRAZOADA, ao alegar que o Princípio da Economicidade não deve sobrepor aos demais, não deve prosperar aqui, uma vez que o que tem que ser observado pela Administração é se a empresa que ofertou a proposta mais vantajosa reúne os demais

requisitos para contratar com a Administração, quais sejam: habilitação jurídica; regularidade fiscal, social e trabalhista; qualificação econômico-financeira; qualificação técnica.

24. Portanto, não estamos tratando de uma empresa que não tinha o licenciamento sanitário junto ao Órgão Sanitário competente na data da sessão pública, mas sim, de uma empresa que possuía e possui o licenciamento sanitário, tanto é que comprovou, mas que acabou apresentando, por equívoco, documentação incompleta em sua habilitação.
25. Ao longo de sua existência, a Administração Pública adotou/vem adotando modelos de gestão da máquina pública, de acordo com as características vivenciadas em cada época, cada modelo apresentando características predominantes.
26. O primeiro modelo de gestão, o **patrimonialista**, aplicado durante o período da monarquia, tinha por peculiaridade a utilização do Estado como uma extensão das posses do detentor do poder, não havendo uma separação entre os bens do líder monárquico e do Estado.
27. O segundo modelo de gestão, o **burocrático**, tinha por principal característica a internalização das regras e o apego a regulamentos, excesso de formalismo e valorização extrema da rotina e procedimento, de modo que o meio, ou seja, o cumprimento ao procedimento, era mais relevante que o resultado em si. E foi no curso deste modelo de gestão que nasceu a antiga Lei de Licitações, Lei Federal nº 8.666/93.
28. No terceiro e atual modelo de gestão, denominado **gerencial**, o foco deixa de ser o controle em demasia dos processos e passa-se a adotar uma preocupação maior com a entrega de resultados, sendo esta a sua característica principal, de modo que o processo decisório do Administrador passa a ser orientado ao atingimento do melhor resultado para o interesse público.
29. Diante deste contexto, se o equívoco da empresa em não apresentar a documentação integral e específica para a comprovação de um fato em uma licitação que **ocorresse durante o modelo de gestão burocrática**, a empresa deveria ser inabilitada de pronto, ainda que dispusesse de situação de total regularidade, mas que por um descuido, deixou de apresentar toda a documentação devida em sua habilitação.
30. Era essa a situação que perdurou durante a vigência da Lei Federal nº 8.666/93, que foi instituída durante o modelo de gestão burocrática, muito embora, nos últimos anos, a **jurisprudência já vinha manifestando posicionamentos mais compatíveis com o modelo gerencial**, a exemplo dos entendimentos firmados em torno da condução de licitações com excesso de formalismo.

Princípio da vinculação ao instrumento convocatório x princípio do formalismo moderado

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades na Concorrência Internacional n.º 004/2009, promovida pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) com vistas à contratação de serviços de fornecimento de oito Veículos Leves Sobre Trilhos – VLTs, para a Superintendência de Trens Urbanos de Maceió. Após terem sido considerados habilitados os dois participantes do certame (um consórcio e uma empresa), o consórcio interpôs recurso, por entender que a empresa teria descumprido a exigência editalícia quanto ao registro ou inscrição na entidade profissional competente, ao apresentar “Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica”, emitida pelo CREA/CE, inválida, *“pois continha informações desatualizadas da licitante, no que concerne ao capital e ao objeto social”*. Após examinar as contrarrazões da empresa, a comissão de licitação da CBTU decidiu manter a sua

habilitação, sob o fundamento de que a certidão do CREA “*não tem o fito de comprovação de capital social ou do objeto da empresa licitante, o que é realizado mediante a apresentação do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial*”. Para o representante (consórcio), o procedimento adotado teria violado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois a comissão de licitação habilitara proponente que “*apresentou documento técnico em desacordo com as normas reguladoras da profissão, sendo, portanto, inválido, não tendo o condão de produzir qualquer efeito no mundo jurídico*”. Cotejando o teor da certidão emitida pelo CREA/CE em favor da empresa habilitada, expedida em 05/03/2009, com as informações que constavam na “18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social” da aludida empresa, datada de 30/07/2009, constatou o relator que, de fato, “*há divergências nos dados referentes ao capital social e ao objeto*”. No que tange ao capital social, “*houve alteração de R\$ 4.644.000,00 para R\$ 9.000.000,00*”, e no tocante ao objeto, “*foi acrescentada a fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como a sua manutenção, assistência técnica e operação*”. Ponderou o relator que embora tais modificações não tenham sido objeto de nova certidão, seria de rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da empresa no CREA/CE, entidade profissional competente, nos termos exigidos no edital e no art. 30, I, da Lei n.º 8.666/93, até porque tais modificações “*evidenciam incremento positivo na situação da empresa*”. Acompanhando a manifestação do relator, deliberou o Plenário no sentido de considerar a representação improcedente. **Acórdão n.º 352/2010-Plenário, TC-029.610/2009-1, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010.**

Tribunal de Contas da União

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)


“PLENÁRIO


1. A imposição de restrição temporal para autenticação dos documentos de habilitação dos licitantes afronta o art. 32 da Lei 8.666/93. A comissão de licitação pode realizar a autenticação dos documentos apresentados por meio de cópia na própria sessão de entrega e abertura das propostas, em atenção aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e em consonância com o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

Representação formulada por sociedade empresária apontara possíveis irregularidades em tomada de preços, promovida pela 7ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), com objetivo de contratar empresa para elaboração de projeto executivo de obras em municípios do Estado do Piauí. Dentre os pontos impugnados, alegara a representante que teria sido indevidamente inabilitada em decorrência da apresentação de documentos não autenticados. O citado certame fora suspenso na fase de adjudicação por iniciativa da Codevasf, no aguardo da apreciação de mérito do TCU. Realizadas as oitivas regimentais, a unidade técnica considerou que “*a Codevasf agiu estritamente conforme o Edital, o qual previa que as cópias dos documentos deveriam ser autenticadas em cartório ou poderiam ser autenticados por servidor da 7ª SL ou por membro da Comissão Técnica de Julgamento a partir do original, desde que até às 17h30min do dia útil anterior à data marcada para o recebimento da documentação ..., e 2 não na hora da abertura das propostas*”. Dissentindo da unidade técnica, o relator registrou que a mencionada cláusula do edital “*afronta o art. 32 da Lei 8.666/93, o qual prevê que ‘os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da*

administração ou publicação em órgão da imprensa oficial'. O referido dispositivo também não permite nenhuma restrição temporal para que a comissão de licitação se recuse a autenticar os documentos, como previsto no item 6.2.1.5.1 do edital impugnado". Argumentou ainda o relator que, mesmo que houvesse amparo legal para o procedimento adotado pela comissão de licitação, "não haveria por que, em atenção ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993 e em consonância com o que prescreve o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não realizar a autenticação dos documentos na própria sessão de entrega e abertura das propostas. Conduta diversa configura formalismo exagerado que pode levar à restrição indevida do caráter competitivo da licitação e à seleção de proposta que não seja a mais vantajosa". Por fim, relembrou o Acórdão 357/2015-Plenário, segundo o qual "a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo". Comprovado o vício insanável no ato de inabilitação da licitante, o Tribunal, alinhado ao voto do relator, decidiu, dentre outras deliberações, fixar prazo para que a Codevasf anulasse o certame, cientificando os responsáveis da irregularidade relativa à inabilitação da empresa "em virtude da ausência de apresentação de documentos autenticados, apesar de a licitante ter apresentado documentação original, o que afronta o disposto no art. 32 da Lei 8666/93". **Acórdão 1574/2015-Plenário, TC 033.286/2014-0, relator Ministro Benjamin Zymler, 24.6.2015.**" (grifamos)

31. De igual, se posicionou o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, tendo exarado o seguinte acórdão:

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



CEZD
Nº 70062262514 (Nº CNJ: 0418814-97.2014.8.21.7000)
2014/CÍVEL

REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCLASSIFICAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. MOTIVO RELACIONADO À HABILITAÇÃO. DESCABIMENTO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA OU CONCESSÃO DE PRAZO PARA A JUNTADA DA DOCUMENTAÇÃO.

O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas, como ocorre na hipótese vertida nos autos. Ultrapassada a fase de habilitação, é descabida a desclassificação em razão de motivo relacionado à habilitação, forte no § 5º do art. 43 da Lei nº 8.666/93. Havendo a falta de documentação não essencial, deve a administração viabilizar sua anexação sem grande apego ao formalismo, através da conversão em diligência, na forma do art. 43, § 3º, Lei nº 8.666/93, ou na concessão de prazo para a juntada, nos termos do 48, § 3º, do mesmo diploma legal, mormente na hipótese em apreço, em que todos os licitantes foram inabilitados.

**Precedentes do TJRS e STJ.
Sentença confirmada em reexame necessário.**

32. Porém, para esta licitação em referência, realizada sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), diploma este instituído durante o período de modelo de gestão gerencial da Administração Pública, não há dúvidas de que a atuação com formalismos excessivos, diante de um cenário que apresenta o resultado mais vantajoso para o erário público, não condiz com o modelo de gestão orientado a resultados.
33. Conforme exposto na petição apresentada por esta empresa, o Tribunal de Contas da União, em posicionamento que denota total consonância com o modelo gerencial atualmente vigente, **firmou julgado que expressamente possibilita a apresentação de documento ausente**, não juntado com os demais comprovantes de habilitação, por falha da licitante, para comprovar a situação de regularidade no ato da sessão pública.

Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**

34. Desta forma, ao ter a Administração constatado alguma desconformidade na documentação de uma licitante, a providência que deveria ser adotada seria a realização de diligência para confirmação da situação de regularidade, inclusive, com a concessão de oportunidade para que a empresa comprovasse a regularidade, medida esta que, com a devida vênia, não chegou a ser adotada no presente certame, em contraposição à previsão da Lei de Licitações, do próprio edital e do entendimento dos Tribunais.
35. Portanto, nada mais justo que a Administração, no exercício do seu poder de autotutela, combinado os valores e características do atual modelo de gestão gerencial, revisitasse o ato de inabilitação da empresa melhor colocada no certame, por tal conduta não ter sido compatível com o real objetivo da Administração, que é o atingimento do melhor resultado para o interesse público, conforme dispõe a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (Decreto-Federal nº 4.657/1942), com as recentes alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.655/2018, que assim passou a dispor:

“Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#) [\(Regulamento\)](#)

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#)” (grifamos e sublinhamos)

36. No que tange ao Certificado de Inspeção emitido pela Vigilância Sanitária Municipal, que veio a ser anexado na documentação de habilitação desta empresa, **o referido certificado integra o processo de obtenção de licenciamento sanitário**, uma vez que, por mais que a

competência para a concessão de licenciamento sanitário no Estado do Rio de Janeiro seja do Órgão Estadual, **este pode descentralizar atribuições a serem desempenhadas pelo Órgão de Vigilância Municipal, a exemplo de inspeções.**

37. Ademais, a competência da Vigilância Sanitária Estadual para concessão de licenciamento sanitário para gases medicinais **só inclui empresas que fabricam os referidos produtos.**
38. Assim, empresas que apenas realizam a distribuição de gases medicinais, a princípio, não estariam obrigadas a obter a concessão de licenciamento sanitário perante a Vigilância Sanitária Estadual, mas sim junto ao Órgão Municipal.
39. Por tudo isso, ressalta-se que:
- ✓ A empresa White Martins apresentou a proposta mais vantajosa para o resultado almejado pela Administração;
 - ✓ A empresa apresentou comprovantes em sua documentação de habilitação comprovando dispor de Certificado de Boas Práticas de Fabricação para Gases Medicinais e Autorização de Funcionamento de Empresa, ambos emitidos pela ANVISA, bem como anexou comprovante de que a empresa havia sido inspecionada por Órgão de Vigilância do Município, o qual emitiu certificado atestando a situação de regularidade da empresa;
 - ✓ Após anulação do ato que declarou a empresa inabilitada no certame e, durante diligência realizada pela Pregoeira, a empresa comprovou, por meio de comprovantes complementares apresentados, que no ato da sessão pública realizada em 09/12/2024, **a empresa dispunha de licenciamento sanitário regular perante o Órgão de Vigilância Sanitária Estadual**, restando integralmente comprovada a situação de regularidade da empresa perante o Sistema Integrado de Vigilância Sanitária.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PROTOCOLO DE LICENCIAMENTO

Início do processo:	Nº do requerimento:	Processo inicial:	CNPJ:
07/02/2024	050.148/2024	E-08/102.496/2009	35.820.448/0007-21
Razão social: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA			
Endereço: RUA GUIANAS, Nº 80			
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
CAMPOS ELÍSEOS	DUQUE DE CAXIAS	RJ	25225-170
Assunto: Revalidação			
Atividade: Envasar Gases Medicinais			
Nº da portaria:	Data da portaria:	Nº do diário oficial:	Data do diário oficial:
03917	02/05/2024	081	07/05/2024
Nº da licença: 00135/2024			
<p>Concede a presente Licença de Funcionamento, sendo que seu(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades e ou serviços prestados, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando, inclusive, sujeito(s) ao cancelamento deste documento.</p>			
IMPORTANTE! OS DOCUMENTOS ORIGINAIS ENCAMINHADOS EM FORMATO DIGITAL DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS EM CASO DE INSCRIÇÃO			

28 ANO L - Nº 081 - PARTE I
TERÇA-FEIRA - 7 DE MAIO DE 2024

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PODER EXECUTIVO

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Revalidação de Licença de Funcionamento aos estabelecimentos abaixo mencionados:

Empresa: Clínica Santa Helena Ltda.
Endereço: Praça Trindades, Nº 143 - Centro - Cabo Frio - RJ
CNPJ: 28.847.176/0001-00
Proc. nº: E-08/112.998/1975
Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação.
Licença: 110/2024
Empresa: Unimed De Volta Redonda Cooperativa De Trabalho Médico - Hospital Unimed De Volta Redonda.
Endereço: Rodovia Dos Metalúrgicos, Nº 2490 - Jardim Belvedere - Volta Redonda - RJ
CNPJ: 35.917.070/0007-06
Proc. nº: E-08/102.049/2010
Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação.
Licença: 111/2024
Empresa: Hospital De Clínicas Do Inga Ltda.
Endereço: Rua Presidente Pedreira, Nº 20 / Parte - Inga - Niterói - RJ
CNPJ: 40.258.699/0001-09
Proc. nº: Sei-080001/024026/2022
Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação.
Licença: 112/2024
Empresa: Rocha E Fonseca Diagnóstico Laboratorial Ltda.
Endereço: Rua Vereador Duque Estrada, Nº 157 - Santa Rosa - Nilópolis - RJ
CNPJ: 07.727.438/0004-02
Proc. nº: E-08/100.075/2012
Atividade: Laboratórios De Análises Clínicas.
Licença: 113/2024
Empresa: Unimed Petrópolis Cooperativa De Trabalho Médico.
Endereço: Rua Dos Expedicionários, Nº 144 / Parte - Bigen - Petrópolis - RJ
CNPJ: 28.806.545/0005-32
Proc. nº: E-08/100.942/2010
Atividade: Agência Transfusional.
Licença: 114/2024
Empresa: Fundação Benedito Pereira Nunes.
Endereço: Rua Barão Da Lagoa Dourada, Nº 409 / 2ª Andar - Centro - Campos Dos Goytacazes - RJ
CNPJ: 28.984.252/0001-50
Proc. nº: E-08/102.068/2009
Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação.
Licença: 115/2024
Empresa: Fundação Educacional Serra Dos Órgãos.
Endereço: Avenida Delfim Moreira, Nº 2211 - Vale Do Paraíso - Teresópolis - RJ
CNPJ: 32.190.092/0003-78
Proc. nº: E-08/109.707/1975
Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação.
Licença: 116/2024
Empresa: Clisul: Clínica São Silvestre Ltda.
Endereço: Rua Dr. Nilo Pimenta, Nº 540 - Nova Cidade - São Gonçalo - RJ
CNPJ: 30.594.865/0001-94
Proc. nº: E-08/116.977/1975
Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação.
Licença: 117/2024
Empresa: PT Consumer Healthcare Brazil Importadora E Distribuidora De Medicamentos Ltda.
Endereço: Rua Godofredo Marques, Nº 274 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 16.922.158/0010-77

A SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº SEI-080001/004577/2023,

CONSIDERANDO:

- o Artigo 2º do Decreto nº 1754 de 14/03/78;
- o Decreto nº 45239 de 30/04/2015;
- a Portaria SUVISA nº 3322 de 15 de julho de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o ROTEIRO DE INSPEÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO PACIENTE E MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADA À ASSISTÊNCIA À SAÚDE E RESISTÊNCIA MICROBIANA EM HOSPITAIS, conforme anexo, elaborado pela Coordenação de Segurança do Paciente e Gestão de Risco.

Art. 2º - O Roteiro constante no link: <https://www.saude.rj.gov.br/vigilancia-sanitaria/maquiagem> deve ser aplicado na ação de inspeção sanitária de hospitais para avaliação das práticas de segurança do paciente e medidas de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde e resistência microbiana em hospitais.

Art. 3º - Revogar a Portaria SUVISA nº 3322 de 15 de julho de 2021, publicada no DOE de 23 de julho de 2021.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 02 de maio de 2024

HELEN KELLER SARAIVA E SILVA BARRETO
Superintendente de Vigilância Sanitária

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ATO DA SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUVISA Nº 3917 DE 02 DE MAIO DE 2024

CONCEDE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO.

A SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo SEI-080001/003329/2024,

CONSIDERANDO:

- o Artigo 2º do Decreto nº 1754 de 14/03/78;
- o Decreto nº 45239 de 30/04/2015;
- o Decreto nº 45394 de 02/10/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Revalidação de Licença de Funcionamento aos estabelecimentos abaixo mencionados:

Empresa: Associação Congregação De Santa Catarina
Endereço: Rua Judith Mauricio De Paula, Nº 40 - Lucas - Teresópolis - RJ
CNPJ: 16.922.158/0010-77

Licença: 035/2024
Empresa: Laboratório Pierre Fabre Do Brasil Ltda.
Endereço: Rodovia BR 040, S/Nº / BR 040 Km 37 - Centro - Areal - RJ
CNPJ: 03.051.481/0001-59
Proc. nº: E-08/100.029/2010
Atividade: Fabricação, Armazenar, Distribuir, Importar E Exportar Cosméticos, Produto De Higiene.
Licença: 136/2024
Empresa: White Martins Gases Industriais Ltda.
Endereço: Rua Abílio Fernandes Bandeira, Nº 188 / Quadra W3 Lote 84 - Vale Encantado - Macaé - RJ
CNPJ: 35.820.448/0012-99
Proc. Nº: E-08/102.498/2009
Atividade: Envasar Gases Medicinais.
Licença: 037/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 02 de maio de 2024

HELEN KELLER SARAIVA E SILVA BARRETO
Superintendente de Vigilância Sanitária

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ATO DA SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUVISA Nº 3918 DE 03 DE MAIO DE 2024

INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA QUALIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no processo administrativo SEI-080001/012243/2024, e considerando a necessidade de instituir Grupo de Trabalho para elaboração dos documentos da qualidade para implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Grupo de Trabalho para elaboração dos documentos da qualidade para a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na Superintendência de Vigilância Sanitária - GTQ.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será constituído por (nove) representantes servidores da Superintendência de Vigilância Sanitária, abaixo mencionados:


- Seima Moura Sobrinho Da Paixão - Química I.D. 3146783-0 matrícula 0851950-6
- Ana Paula de Almeida Queiroz - Farmacêutica I.D. 312.3772-0 matrícula 813508-9
- Lilian Fernandes Grange de Azevedo - Nutricionista I.D. 3055216-8 matrícula 850387-2
- Maurício Sérgio Treilman - Médico I.D. 3148213-9 matrícula 866785-9
- Fábio Pereira de Souza - Químico I.D. 5637260 matrícula 867270-VI - Rosane da Silva Marinelli - Bióloga I.D. 4181777-9 matrícula 860775-8
- Rosângela de Sousa Nunes Seixas - Farmacêutica I.D. 563680 matrícula 8667220-6


Proc. nº: SEI-08001/019543/2021 Atividade: Serviços De Radiodiagnóstico E Diagnóstico Por Imagem Licença: 121/2024 Empresa: Hospital Central Da Aeronáutica. Endereço: Rua Barão De Itaipogue, Nº 167 - Rio Comprido - Rio De Janeiro - RJ CNPJ: 00.394.429/0085-75 Proc. nº: E-08/113.431/1995 Atividade: Agência Transfusional. Licença: 122/2024 Empresa: Universidade Estadual Do Rio De Janeiro. Endereço: Rua São Francisco Xavier, Nº 524 - Vila Isabel - Rio De Janeiro - RJ CNPJ: 33.540.014/0001-57 Proc. nº: E-08/112.251/1967 Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação Licença: 123/2024 Empresa: Hospital Daniel Lipp Ltda. Endereço: Rua Conde De Porto Alegre, Nº 271 - 25 De Agosto - Duque De Caxias - RJ CNPJ: 73.372.427/0001-94 Proc. nº: E-08/107.082/1995 Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação Licença: 124/2024 Empresa: Hospital Geral De Nova Iguaçu. Endereço: Av. Henrique Duque Estrada Mayer, Nº 953 - Posse - Nova Iguaçu - RJ CNPJ: 29.138.278/0032-08 Proc. nº: E-08/102.000/2005 Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação Licença: 125/2024	Proc. nº: E-08/101.309/2009 Atividade: Fabricar, Importar, Exportar E Distribuir Produtos Para A Saúde Licença: 129/2024 Empresa: Farmácia Santa Izabel De Cabo Frio - Hospital Santa Izabel. Endereço: Rua Barão Do Rio Branco, Nº 72 - Passagem - Cabo Frio - RJ CNPJ: 30.590.574/0001-28 Proc. nº: E-08/101.128/2008 Atividade: Hospitais E Clínicas Com Internação Licença: 130/2024 Empresa: Soflys Brasil Ltda. Endereço: Rod. Presidente Dutra, S/Nº / Km. 249 - Arrozal - Pirai - RJ CNPJ: 84.145.845/0032-47 Proc. nº: SEI-08001/029812/2022 Atividade: Fabricar Produtos De Higiene Pessoal E Cosméticos. Licença: 131/2024 Empresa: Fundação Municipal De Saúde. Endereço: Avenida Machado, S/Nº - Barreto - Niterói - RJ CNPJ: 32.556.060/0033-69 Proc. nº: E-08/001/092.199/2019 Atividade: Agência Transfusional. Licença: 132/2024 Empresa: Cor Brasil Indústria E Comércio Sa - Beleza Natural Endereço: Rua Júlio Ribeiro, Nº 226 - Bonsucesso - Rio De Janeiro - RJ CNPJ: 02.546.009/0001-28 Proc. nº: E-08/109.875/1998 Atividade: Fabricar Cosméticos, Produtos De Higiene Pessoal E Perfumes. Licença: 133/2024 Empresa: Hospital Esperança S.A Endereço: Avenida Ayrton Senna, Nº 3079 / Antigo Nº 2.541 Área II - Barra Da Tijuca - Rio De Janeiro - RJ CNPJ: 02.284.062/0005-21 Proc. nº: E-08/001/092.299/2014 Atividade: Serviços De Medicina Nuclear. Licença: 134/2024 Empresa: White Martins Gases Industriais Ltda. Endereço: Rua Guianas, Nº 80 - Campos Eliseos - Duque De Caxias - RJ CNPJ: 35.820.448/0007-21 Proc. nº: E-08/102.496/2009 Atividade: Envasar Gases Medicinais.	ID: 2564154 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE ATO DAS PRESIDENTES DELIBERAÇÃO CONJUNTA CIB-RJ Nº 32 DE 30 DE ABRIL DE 2024 PACTUA OS LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS/MENSAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. A PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE E A PRESIDENTE DO CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO: - a documentação anexada ao SEI-08001/012034/2024; - a 3ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 11/04/2024. DELIBERAM: Art. 1º - Pactuar os Tetos Financeiros dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, referente à 6ª Parcela de 2024, com a planilha que consta no Anexo, desta Deliberação, conforme protocolo SISMAC nº 233525502405. Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024 CLAUDIA MARIA BRAGA DE MELLO Presidente MARIA AUGUSTA MONTEIRO FERREIRA Presidente do COSEMS
--	---	--

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 02 de maio de 2024

HELEN KELLER SARAIVA E SILVA BARRETO
Superintendente de Vigilância Sanitária
ID: 2564151

ATO DA SUPERINTENDENTE
PORTARIA SUVISA Nº 3916 DE 02 DE MAIO DE 2024
INSTITUI ROTEIRO DE INSPEÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO PACIENTE E MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADA À ASSISTÊNCIA À SAÚDE E RESISTÊNCIA MICROBIANA EM HOSPITAIS NO ÂMBITO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

 **Imprensa Oficial**
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

 **GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Terça-feira, 07 de Maio de 2024 às 02:57:03 -0300.

40. Por bem ressaltar ainda que, analisando a documentação apresentada pela CONTRARRAZOADA no presente certame, para comprovação do licenciamento sanitário, observa-se que os documentos são similares aos apresentados pela WHITE MARTINS.

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
PROTOCOLO DE LICENCIAMENTO				
Início do processo:	Nº do requerimento:	Processo inicial:	CNPJ:	
09/02/2024	050.159/2024	E-08/001/008.698/2014	00.331.788/0006-23	
Razão social: AIR LIQUIDE BRASIL LTCA				
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 650				
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:	
JARDIM BOM PASTOR	BELFORD ROXO	RJ	26110-100	
Assunto: Revalidação				
Atividade: Fabricar e Envasar Gases Medicinais.				
Nº da portaria:	Data da portaria:	Nº do diário oficial:	Data do diário oficial:	Nº da licença:
04052	10/10/2024	199	22/10/2024	00559/2024
Concede a presente Licença de Funcionamento, sendo que seu(s) responsável(ais) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades e ou serviços prestados, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando, inclusive, sujeito(s) ao cancelamento deste documento.				
IMPORTANTE! - OS DOCUMENTOS ORIGINAIS, ENCAMINHADOS EM FORMATO DIGITAL, DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS EM CASO DE INSPEÇÃO.				

Este foi conferido com o original e assinado digitalmente por CICERO PACIFICO DA SILVA, em quinta-feira, 24 de outubro de 2024 11:31:56 GMT-03:00. CDS: 11.88-2 - 1º DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS (LTP) - nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço portal.mec.gov.br/portal/autenticacao.

PODER EXECUTIVO		DIÁRIO OFICIAL		ANO L - N° 199 - PARTE I	17
		DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		TERÇA-FEIRA - 22 DE OUTUBRO DE 2024	
Atividade:	Hospital.	Proc. nº:	E-08/100.026/1990		
Licença:	542/2024	Atividade:	Núcleo De Hemoterapia.		
		Licença:	556/2024		
Empresa:	Empresa Brasileira De Serviços Hospitalares - Ebserh.	Empresa:	Surgitextil Indústria Têxtil Ltda.		
Endereço:	Rua Marques De Paraná, N° 303 - Centro - Niterói - RJ.	Endereço:	Rua José Felix, N° 58 - Riachuelo - Rio De Janeiro - RJ.		
CNPJ:	15.126.437/0036-73	CNPJ:	22.128.362/0001-03		
Proc. nº:	Sei-080001/011400/2023	Proc. nº:	E-08/001/001.506/2016		
Atividade:	Serviço De Medicina Nuclear.	Atividade:	Fabricar, Armazenar, Embalar, Reembalar, Distribuir, Transportar E Expedir Produtos Para A Saúde.		
Licença:	543/2024	Licença:	557/2024		
Empresa:	Microbiológica Química E Farmacêutica.	Empresa:	Air Líquide Brasil Ltda.		
Endereço:	Rua Doutor Nicanor, N° 238 - Inhaúma - Rio De Janeiro - RJ.	Endereço:	Avenida João XXIII, S/N° / Parte - Santa Cruz - Rio De Janeiro - RJ.		
CNPJ:	27.191.121/0001-14	CNPJ:	00.331.788/0045-30		
Proc. nº:	E-08/102.404/1981	Proc. nº:	E-08/001/003.509/2016		
Atividade:	Fabricar, Importar, Exportar. Distribuir, Armazenar E Transportar Insumos Farmacêuticos Sujeitos A Regime Especial De Controle.	Atividade:	Fabricar Gases Medicinais.		
Licença:	544/2024	Licença:	558/2024		
Empresa:	Microbiológica Química E Farmacêutica.	Empresa:	Air Líquide Brasil Ltda.		
Endereço:	Rua Doutor Nicanor, N° 238 - Inhaúma - Rio De Janeiro - RJ.	Endereço:	Estrada Boa Esperança, N° 650 - Jardim Bom Pastor - Belford Roxo - RJ.		
CNPJ:	27.191.121/0001-14	CNPJ:	00.331.788/0006-23		
Proc. nº:	E-08/102.404/1981	Proc. nº:	E-08/001/008.698/2014		
Atividade:	Fabricar, Importar, Exportar. Distribuir, Armazenar E Transportar Insumos Farmacêuticos.	Atividade:	Fabricar E Envasar Gases Medicinais.		
Licença:	545/2024	Licença:	559/2024		
Empresa:	Diagnósticos Da América S.A. - CDPI.	Empresa:	Laboratório De Extratos Alérgicos Ltda.		
Endereço:	Av. Maracanã, N° 987 / Sala 501 A 508 B1c 1 Parte 601 A 608 E 702 A 708 - Tijuca - Rio De Janeiro - RJ.	Endereço:	Avenida Rio Branco, N° 277 / Sala 1101 E 1201 - Centro - Rio De Janeiro - RJ.		
CNPJ:	61.486.650/0524-93	CNPJ:	28.614.626/0001-07		
Proc. nº:	E-08/001/100.412/2018	Proc. nº:	E-08/111.553/1985		
Atividade:	Serviço De Medicina Nuclear.	Atividade:	Fabricar Medicamentos.		
Licença:	546/2024	Licença:	560/2024		
Empresa:	Alko Do Brasil Indústria E Comércio Ltda.	Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.			
Endereço:	Rua Mapendí, N° 360 - Taquara - Rio De Janeiro - RJ.	Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2024			
CNPJ:	32.137.424/0001-99	HELEN KELLER SARAIVA E SILVA BARRETO			
Proc. nº:	E-08/100.438/2010	Superintendente de Vigilância Sanitária			Id: 2602601
Atividade:	Fabricar, Importar E Exportar Produtos Para A Saúde.	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE			
Licença:	547/2024	SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Empresa:	Casa Granado Laboratórios, Farmácias E Drogarias S/A.	À SAÚDE			
Endereço:	Avenida Presidente Tancredo Neves, N° 30 - Jardim Marajora - Japeri - RJ.	SUPERINTENDENCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
CNPJ:	33.109.356/0004-60	ATO DA SUPERINTENDENTE			
Proc. nº:	E-08/100.097/2010	PORTARIA SUVISA N° 4053 DE 10 DE OUTUBRO DE 2024			
Atividade:	Fabricar, Exportar E Transportar Medicamentos.	CONCEDE REVALIAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO.			
Licença:	548/2024	A SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo SEI-080001/031317/2024, e			
Empresa:	G S H Corp Participações S.A.	CONSIDERANDO:			
Endereço:	Rua Agulhas Negras, N° 156 - Montese - Resende - RJ.	- o Artigo 2º do Decreto nº 1754 de 14/03/78;			
CNPJ:	08.397.078/0052-43	- o Decreto nº 45239 de 30/04/2015;			
Proc. nº:	Sei-080001/018323/2023	- o Decreto nº 45394 de 02/10/2015;			
Atividade:	Agência Transfusional.	RESOLVE			
Licença:	549/2024				
Empresa:	Silimed - Indústria De Implantes Ltda.				
Endereço:	Rua Figueiredo Da Rocha, N° 374 - Vigário Geral - Rio De Janeiro - RJ				

41. Portanto, as alegações e conjecturas da CONTRARRAZOADA, de que a WHITE MARTINS não estaria em situação de regularidade com a Vigilância Sanitária Estadual, não se sustentam.

42. Na esteira do exposto, mantendo-se o resultado da presente licitação que declarou a WHITE MARTINS vencedora do certame, bem como ao promover a homologação e adjudicação do certame, esta Administração estará realizando o melhor negócio para o erário público, por contratar o menor preço para realização de um objeto, bem como por contratar uma empresa totalmente regular nos aspectos exigidos em lei, inclusive, sanitários, além do que, poderá aproveitar a diferença havida entre o preço da proposta da CONTRARRAZOADA (R\$ 131 MIL no primeiro ano e R\$ 658 MIL ao longo de 5 anos) para aportes em outros projetos, otimizando, assim, a gestão, com eficiência, da máquina pública.

II.4. Da alegação de que a WHITE MARTINS não teria atendido a critério exigido para qualificação econômico-financeira.

43. Em mais um ato que denota desespero, a AIR LIQUIDE alega que a WHITE MARTINS teria apresentado certidão de falência em desacordo com o prazo de validade estabelecido no item 9.11.1 do edital.

9.11. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 9.11.1** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021), expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.
- 9.11.2** A certidão acima referida deverá ser apresentada juntamente com a certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes (cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas);

44. Contudo, a CONTRARRAZOADA olvidou-se que no edital foi estabelecido o seguinte critério:

- 9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

45. A participante na licitação foi a filial da empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.820.448/0007-21, tendo sido apresentada certidão de falência na titularidade deste estabelecimento, certidão esta emitida em 25/10/2024, ou seja, dentro do prazo-limite de antecedência estabelecido no edital, de modo que as alegações da Contrarrazoada também não se sustentam em mais este ponto.

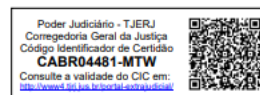
Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - LICITAÇÃO.

- ✓ Válido somente com Código Identificador de Certidão - CIC.
- ✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>
- ✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.
- ✓ Provimento CGJ nº 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
- ✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
- ✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
- ✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.
- ✓ Os feitos da Justiça Militar Estadual tramitam, exclusivamente, na Comarca da Capital, não sendo abrangidos por esta certidão. A certidão referente à Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro deve ser solicitada aos distribuidores da Capital, selecionando COMARCA DA CAPITAL.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DUQUE DE CAXIAS DCP
Rua General Dionísio, 764
CEP: 25.075-095 - DUQUE DE CAXIAS - RJ

Folha: 2 de 2



ALVARO MARCELO DE AMORIM - Matr. 17056 - ANALISTA JUDICIARIO deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 25/10/2024 13:33:06

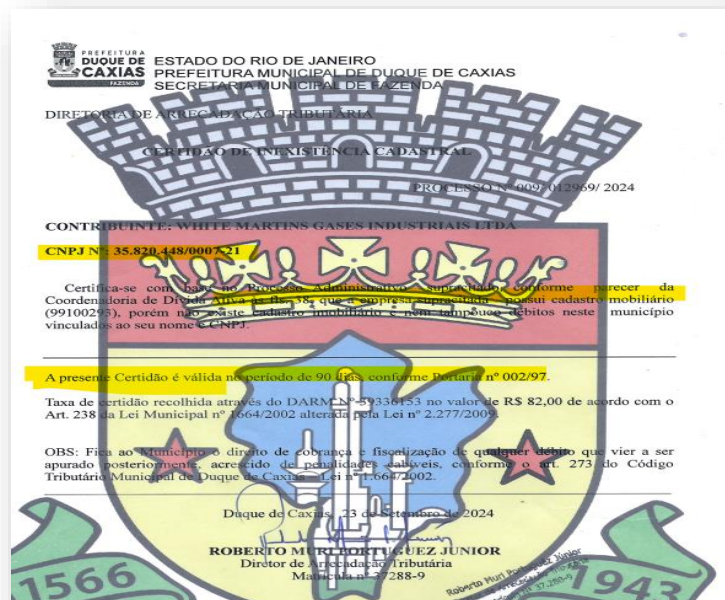
DUQUE DE CAXIAS, 25 de outubro de 2024.

Emolumentos
Gratuito/Isento

46. Nessa feita, como se comprova, a empresa anexou o comprovante exigido, emitido na titularidade do estabelecimento participante da licitação, devidamente dentro do prazo de validade, razão pela qual não observa-se desconformidade em relação a tal comprovação.
47. Muito embora tenha apresentado a certidão exigida no edital, emitida para o estabelecimento participante na licitação, qual seja, a filial inscrita no CNPJ final 0007/21, a empresa anexa ao presente, as certidões emitidas na titularidade do estabelecimento matriz (não participante do certame) para comprovar a inexistência de processo falimentar em trâmite, na titularidade da matriz, na data da sessão pública.

II.5. Da alegação de que a WHITE MARTINS não teria cumprido exigência relativa à regularidade fiscal municipal.

48. Por meio de mais uma alegação infundada, a CONTRARRAZOADA alega que a WHITE MARTINS não teria cumprido a exigência disposta na cláusula 9.8.3 do edital, por ter apresentado certidão de regularidade fiscal municipal relativa a tributos imobiliários na titularidade da matriz da empresa, quando a participante na licitação teria sido uma filial.
49. Contudo, é provável que a referida empresa não tenha observado que, além da certidão de regularidade fiscal municipal relativa a tributos mobiliários, emitida na titularidade da filial participante na licitação, bem como da certidão de regularidade fiscal relativa a tributos imobiliários, emitida na titularidade da matriz desta empresa, a WHITE MARTINS anexou também certidão de inexistência cadastral, por meio da qual a Secretaria Municipal da Fazenda atesta que a empresa inscrita no CNPJ 35.820.448/0007-21 *"não possui cadastro imobiliário" junto à referida Secretaria bem como declara, por este mesmo documento, que a empresa não possui "débitos neste município vinculados ao seu nome e CNPJ".*



50. Com base neste comprovante, prova-se que a WHITE MARTINS anexou todos os comprovantes necessários para comprovação de sua regularidade fiscal municipal, seja no que tange aos tributos mobiliários, seja no que diz respeito aos tributos imobiliários.

51. Por oportuno, aproveita-se para destacar que, diferentemente da WHITE MARTINS, a AIR LIQUIDE não anexou comprovante de regularidade fiscal relativa a tributos imobiliários em sua documentação.
52. Como se depreende da certidão anexada pela AIR LIQUIDE no processo, esta só atesta a regularidade fiscal em relação a tributos mobiliários (ISSQN/TFL), não tratando de tributos imobiliários (IPTU, por exemplo).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO
Estado do Rio de Janeiro
39.485.438/0001-42
Procuradoria Geral do Município
Subprocuradoria de Dívida Ativa e Execução Fiscal

CERTIDÃO NEGATIVA DE ISSQN/TFL - EMPRESA
Inscrição: 3819

Número: Nº: 82494 / 2024
Validade: 01/02/2025
Processo:
Emitente da Certidão:

Dados da Empresa :

Nome	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
Inscrição	3819
Endereço	EST DA BOA ESPERANCA
Complemento	PARTE, Nº 650
CEP	26110120
Bairro	BOM PASTOR
Cidade	Belford Roxo
Estado	RJ
CPF/CNPJ	00.331.788/0006-23
Ramo de Atividade	Fabricação de gases industriais

A Subprocuradoria de Dívida Ativa e Execução Fiscal do Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, com base no Código Tributário Municipal, CERTIFICA para os devidos fins de direito que, verificando os assentamentos existentes nesta repartição, a empresa acima mencionada não possui débitos referentes a impostos ou taxas com os cofres municipais até a presente data e não está inscrito em dívida ativa.

Fica Ressalvado à Fazenda Municipal o direito de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa acima identificada.

A presente é a expressão da verdade.

EMITIDO PELA WEB -

OBSERVAÇÕES:

validado digitalmente por CICERO PACIFICO DA SILVA, em quarta-feira, 7 de agosto de 2024 09:09:00 GMT-03:00, CNS: 11.880-2 - 1º OS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço <http://www.belfordroxo.rj.gov.br>. O documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

53. Evidencia-se assim que a empresa faz alegação de algo que nem mesmo ela cumpre, portanto, seu argumento não merece qualquer credibilidade.

II.6 Das conjecturas da CONTRARRAZOADA em torno do posicionamento desta Administração em outro processo licitatório.

54. Conforme demonstrado nos tópicos anteriores, as razões apresentadas pela CONTRARRAZOADA para reformar o resultado da licitação são frágeis e descabidas, seja no aspecto fático, seja no aspecto jurídico.
55. Mais descabidas ainda são as conjecturas da referida empresa em torno de suposto tratamento diferenciado que tenha sido dirigido a esta empresa no certame, bem como de violação ao Princípio da Isonomia.

56. Consoante o que restou exaustivamente demonstrado nos tópicos acima, as razões apresentadas pela CONTRARRAZOADA para contestar o resultado da presente licitação não se sustentam, razão pela qual, não pode se valer a CONTRARRAZOADA destas alegações infundadas para concluir ter ocorrido algum tratamento distinto no presente pregão.
57. Portanto, os atos registrados na ata da sessão pública, por si só, comprovam não ter havido qualquer favorecimento no presente certame, como quer fazer acreditar a CONTRARRAZOADA.

III. PEDIDO.

58. Por derradeiro, pugna a **WHITE MARTINS**:

- a) Pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso interposto pela **CONTRARRAZOADA**, pois totalmente desprovido de razões fáticas e de fundamento legal, constituindo medida perturbadora do regular andamento do processo, devendo ser mantida incólume a decisão que declarou a **WHITE MARTINS** vencedora da licitação.
 - b) Na hipótese do recurso interposto pela **AIR LIQUIDE** seja encaminhado para Autoridade Superior competente, que as presentes contrarrazões sejam encaminhadas em conjunto, em atendimento ao disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- **Anexos que instruem a presente:**
 - 1. Certidões de falência e concordata emitidas para o CNPJ da matriz da empresa que comprovam a inexistência de processo de natureza falimentar em trâmite contra a matriz da empresa.

59. Nestes termos, p. Recebimento, apreciação e Provimento.

Duque de Caxias (RJ), 14 de fevereiro de 2025.

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.
Nome: LUIZA FERRERA DE SOUZA PINHEIRO CORREA
Cargo: GERENTE NACIONAL DE CONTAS PÚBLICAS
RG: 20813448-6
CPF: 109.123.167-21